

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) Secretaria Executiva

CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE E DE ÁREAS PROTEGIDAS Ata da 57ª reunião, realizada em 24 de março de 2021

Em 24 de março de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à 1 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do Conselho Estadual de Política 2 Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de 3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram 4 os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente suplente Cláudio Vieira 5 Castro, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Sérgio Melo 6 Lobo de Faria, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Laura de Morais 7 Andrade Coutinho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); 8 Felipe Dutra de Resende, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade 9 (Seinfra); Juliana Ordones Rego, do Conselho Regional de Biologia (CRBio) - 4ª 10 Região: Junio Augusto dos Santos Silva, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e 11 dos Recursos Naturais Renováveis em Minas Gerais (Ibama); Emílio Elias Mouchrek 12 Filho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea). 13 Representantes da sociedade civil: Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das 14 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Adriano Nascimento Manetta, da 15 Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Luiz Gustavo Nunes Vieira 16 da Silva, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Edson Valgas de 17 Paiva, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Leandro 18 Eustáquio, da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais (OAB); 19 Alexandre Túlio Amaral Nascimento, da Universidade do Estado de Minas Gerais 20 (Uemg). Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO. 21 Executado o Hino Nacional Brasileiro. 2) ABERTURA. O presidente suplente 22 Cláudio Vieira Castro declarou aberta a 57ª reunião da Câmara de Proteção à 23 Biodiversidade e de Áreas Protegidas. 3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS 24 E ASSUNTOS GERAIS. Presidente Cláudio Vieira Castro: "Nós temos dois vídeos 25 a serem exibidos na reunião de hoje. Eu convido aos senhores para que possamos 26 acompanhar esses vídeos e, posteriormente, as demais comunicações. O primeiro 27 vídeo trata-se da homologação da concessão da Rota Lund. 'O governo de Minas 28 homologou a primeira concessão pública da gestão do governador Romeu Zema. A 29 licitação na área ambiental se refere às atividades de ecoturismo e de visitação 30 dentro do Programa de Concessão de Parques Estaduais (Parc). O consórcio 31 Gestão Parques MG - Urbanes - B21 foi declarado vencedor do certame e será 32 responsável por um investimento de R\$ 12 milhões em melhorias estruturais e 33 reformas dos espaços que integram a Rota das Grutas Peter Lund, um conjunto de 34 três unidades de conservação gerenciadas pelo IEF: Parque Estadual do Sumidouro 35 e Monumentos Naturais Estaduais da Gruta Rei do Mato e Peter Lund. O contrato 36 de licitação, no valor de R\$ 294,6 milhões, tem validade de 28 anos e irá permitir 37

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

uma economia de R\$ 4 milhões por ano aos cofres públicos com gastos de manutenção das unidades, além da geração de cerca de 120 empregos diretos e de 2 mil empregos indiretos." *Exibição de vídeo institucional*. Presidente Cláudio Vieira Castro: "Vamos assistir ao nosso segundo vídeo, da programação do Mês da Água 2021. 'Celebrado em 22 de março, o Dia Mundial da Água terá em 2021 uma programação estendida ao longo de todo o mês em Minas Gerais para destacar as ações e iniciativas em prol da conservação dos recursos hídricos. O Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) preparou uma série de eventos, dentre eles, cursos, palestras, webinars, seminários, para discutir a importância da preservação dos mananciais, além de destacar ações em andamento para promover a segurança hídrica em Minas Gerais. As ações são coordenadas pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas IGAM)." *Exibição de vídeo institucional*. Conselheiro Leandro Eustáquio: "Eu sei que o Plano Operativo Anual define a destinação dos recursos da compensação ambiental. Boa parte desses recursos, em especial onde não há unidades de conservação afetadas como todos nós sabemos e devemos saber, na condição de conselheiros -, vai para regularização fundiária, que é talvez o maior dos problemas - se não o maior, um deles, com certeza -no que diz respeito à gestão das unidades de conservação. Em especial para o público que acompanha a transmissão pelo YouTube, há como acompanhar a destinação desse recurso, em especial, de regularização fundiária?" Presidente Cláudio Vieira Castro: "Sim. Nós temos tentado aprimorar, inclusive, esses mecanismos de acompanhamento. Deve ser pautado na próxima CPB algo que eu já coloquei aqui para os senhores conselheiros. No início do ano, os senhores fizeram uma aprovação de um pacote de planos de trabalho relacionados às compensações e à regularização fundiária, especificamente, pacotes de serviços relacionados à regularização fundiária. E agora, na próxima reunião, muito provavelmente, entra um novo plano de trabalho, e esse plano de trabalho vai apresentar a proposição de nós estabelecermos no Estado de Minas Gerais um sistema para o controle das regularizações fundiárias. É um investimento muito importante para o Estado de Minas Gerais, porque nós vamos ter, finalmente, uma base de dados da regularização fundiária devidamente organizada, vinculada aos processos. Porque a regularização fundiária que se realiza pode ter ou não uma vinculação com os processos de compensação, porque pode vir, por exemplo, da desapropriação, de iniciativas do próprio Estado, independente dos recursos da compensação. Mas sempre que houver essa vinculação o sistema vinculará ao processo especificamente. E é uma informação pública, não tem que ser resguardada de nenhum sigilo. Portanto, ela tem que ser colocada à disposição da população. Eu diria que hoje essa informação está disponível. Ela não está sistematizada em banco de dados, e essa é uma iniciativa que o IEF pretende adotar neste ano de 2021. E provavelmente já na próxima reunião nós teremos a apresentação dessa proposta aos senhores conselheiros. Em sendo aprovado, nós utilizaremos recursos da compensação minerária para essa finalidade, colocando em operação esse nosso sistema e disponibilizando a partir dessa informação

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

organizada e georreferenciada. É importante que a informação georreferenciada, porque a informação da regularização se refere a um território específico. É preciso que enxerguemos também onde estão essas áreas dentro do território e a devida vinculação aos processos para consulta de toda a sociedade. Então essa é uma empreitada que nós temos para este ano de 2021, um grande desafio. E nós esperamos contar com essa aprovação da CPB para que esse sistema venha a ser implantado e trazer muita efetividade às nossas ações e ao controle social daquilo que está sendo feito nesse aspecto da regularização fundiária. Eu diria que concordo em gênero, número e grau com o senhor de que, de fato, essa é a grande questão das unidades de conservação no Estado, esse é o grande debate, o grande problema e que exige de nós um enfrentamento muito específico, com um planejamento muito sistemático, para que possamos, gradativamente, ir solucionando os problemas da regularização fundiária." Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: "A minha colocação no chat foi a pergunta: 'Receberemos um convite formal para o evento do dia 7, às 14h? Será mesmo sobre Campos Rupestres?" Presidente Cláudio Vieira Castro: "Sim, conselheiro, eu entendo que sim, que haverá um convite específico que será encaminhado aos senhores conselheiros. A data é essa mesmo, será no dia 7, às 14h." Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: "Será sobre Campos Rupestres Ferruginosos, com o Flávio do Carmo, do Instituto Prístino?" Presidente Cláudio Vieira Castro: "Eu não tenho aqui a pauta e vou pedir à equipe para confirmar, por gentileza, mas o tema é esse mesmo. Eu não tenho agui a lista dos participantes e me comprometo a trazer ainda dentro desta reunião." Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva: "Seguindo as ótimas colocações do conselheiro Leandro e sua, presidente, eu gostaria de saber se vocês poderiam disponibilizar uma tabela, pelo menos, de quanto de recurso foi disponibilizado pelo Estado para compensação fundiária nos últimos anos. Eu acho que o Estado deve ter uma planilha organizada e gostaria de saber se vocês poderiam disponibilizar. Quanto de recurso público, quanto de recurso privado, quanto de compensação, quanto veio de outros fundos e de outros meios." Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: "Aproveitamos o ensejo, eu queria reforçar uma questão que já fiz em outras reuniões também em relação a esse montante de recursos, incluindo o destinado a pesquisa." Presidente Cláudio Vieira Castro: "Nós temos, sim, algumas informações. Eu diria que não sei se com a qualidade, conselheiro, que o senhor está pensando. Como eu disse, não havendo uma base de dados organizada, essa informação pode não estar adequada àquilo que se espera dela. O que nós estamos fazendo é justamente isso, solucionando esse gap dentro da estrutura do Estado no controle da regularização fundiária. Eu vou solicitar à equipe que me forneça os dados disponíveis para que possamos repassar aos senhores conselheiros, que teriam a oportunidade de avaliar a documentação existente. Eu digo que, conhecendo essa documentação, nós precisamos mais. E é justamente por isso que apresentaremos, espero que já na próxima reunião. Estamos na fase de orçamentações para dar aos senhores conselheiros uma informação a respeito de

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

valores aproximados que estariam envolvidos nessa solução que estamos buscando. Então nós estamos nessa fase de orçamentações para trazer aos senhores conselheiros, mas deve vir na próxima reunião. E esse, sim, é um sistema que vai fazer robustez, uma solidez maior e, principalmente, a gestão da informação. Porque não basta ter o dado, é preciso que se utilize o dado na gestão, se apropriar dessa informação e, a partir dessa informação, estabelecer metas, indicadores e saber se, de fato, se está caminhando em busca da regularização fundiária. A regularização fundiária nos últimos anos tem sido bastante tímida dentro do Estado. Eu diria que por circunstâncias as mais diversas, principalmente associadas mesmo à escassez de recursos. Mas há, sim, um resultado a ser apresentado, e eu me comprometo com os senhores a reunir essa documentação com a equipe e encaminhar aos senhores conselheiros para conhecimento daquilo que está disponível. Em relação à pesquisa, são os dados gerais sobre os recursos da compensação, conselheiro, de todas as iniciativas tomadas com os recursos das compensações." Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva: "Senhor presidente, parabenizar a todos pela gestão e pela iniciativa. Eu acho que são dados que a sociedade já deveria ter há algumas gestões anteriores e que estavam parados. Espero que na próxima reunião já possamos votar essa iniciativa." Presidente Cláudio Vieira Castro: "É também a nossa expectativa, até para que possamos começar a implantação ainda em 2021 e ter essa realidade melhor a partir de 2022." Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: "Deixar registrado que o curso de capacitação de conselheiros continua aberto. Nós percebemos que nem todos os conselheiros titulares e suplentes da CPB realizaram o curso. Nós já vamos colocar o curso nº 2, que é o curso prático, mas gostaríamos de deixar registrado e ressaltar a importância da realização do curso introdutório. Eu vou deixar o e-mail, caso tenha alguma dúvida, e o submenu do COPAM com as orientações acerca de login e senha do curso, que está inserido na plataforma Trilhas do Saber." Presidente Cláudio Vieira Castro: "Eu gostaria de colocar dois tópicos para os senhores a respeito dos processos de votação. O primeiro tópico é uma informação que eu presto aos senhores conselheiros. Tendo em vista a publicação do Decreto 48.155, que ocorreu no dia 19 de março de 2021, nós vamos inserir o texto que eu vou ler aqui agora nas observações constantes dos quadros dos Pareceres Únicos de todos os processos que foram pautados nesta reunião. O texto é o seguinte: 'Salvo especificações, os prazos serão contados a partir do fim da suspensão estabelecida no Decreto 48.155, de 19 de março de 2021, e eventuais prorrogações.' Esse texto é necessário, senhores conselheiros, porque houve uma prorrogação dos prazos processuais determinada pelo Decreto 48.155, e não houve tempo suficiente para inserção dessa observação nos pareceres, porque já estavam elaborados e publicados. Mas essa é uma observação que se faz necessária. Os prazos recursais etc. estão suspensos pelo Decreto 48.155, por isso a necessidade da colocação desse item especificamente. O segundo tópico que eu queria observar é que a equipe técnica já confirmou que nós teremos no dia 7/4, às 14h, o evento Diálogos com o Sisema, com a apresentação do item específico sobre os Campos

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

Rupestres Ferruginosos, Conservação e Recuperação Ambiental. Os senhores estão convidados. Nós teremos três convidados participando desse trabalho: o Dr. Carlos Scheffer, que vai falar sobre a distribuição de Campos Rupestres, representatividade dos ambientes em diferentes substratos quartizíticos e ferruginosos; ecologia da paisagem Minas Gerais e Pará; compensação ambiental e equivalência ecológica; biodiversidade e conservação; o Dr. Flávio vai falar sobre florística, endemismo, distribuição da área de canga no Estado, levantamento de políticas públicas, práticas de conservação e ciência da conservação; e a Luana de Oliveira Barros vai esclarecer sobre a supressão de vegetação no licenciamento e medidas compensatórias, legislação e critérios técnicos, canga ferruginosa. Então nós teremos essas apresentações no dia 7 de abril, às 14h, no evento Diálogos com o Sisema, que será transmitido pelos nossos canais." Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: "Só reforçando que o Diálogos com o Sisema faz parte das pautas das Unidades Regionais Colegiadas do COPAM. Eu coloquei o link no chat. Nesse link, tem a data de todas as URCs. Aquelas pessoas que participam da reunião recebem um certificado de participação, podem interagir pelo YouTube com o palestrante por meio da equipe da Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento, que recolhe todas as perguntas e repassa aos responsáveis pelas apresentações, aos palestrantes. Tem sido um sucesso, um pico de audiência fantástico em relação a esse evento que está sendo trazido pela Secretaria junto às Unidades Regionais Colegiadas. Eu coloquei no chat o link que já vai direto para as informações inerentes ao Diálogos com o Sisema. Iniciou na Supram Leste, e agora no dia 7 de abril teremos na pauta da URC Central Metropolitana. Tem sido um sucesso, e convido a todos a participarem." 4) EXAME DA ATA DA 56ª REUNIÃO. Aprovada por unanimidade a ata da 56ª reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas, realizada em 11 de março de 2021. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 5) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL CONFORME POA 2021. 5.1) Pedreira Irmãos Machado Ltda. Extração de rocha para produção de britas; pilha de PA rejeito/estéril. Preto/MG. 00308/1995/023/2016, Ouro 2100.01.0049104/2020-03. Classe 6. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Destaques da votação. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: "Favorável, apenas registrando a discordância da Fiemg em relação à dupla marcação dos biomas nos itens 5.8, 5.9, 5.11, 5.13 e 5.16. E discordância também sobre a consideração da GCA em relação a considerar entorno de unidade de conservação, nos itens 5.8 e 5.10." Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: "Voto favorável, com as mesmas discordâncias registradas pelo conselheiro da Fiemg. Só uma percepção de que agora é ainda mais estranha essa dupla marcação de entorno de unidade de conservação, dado que essa figura do entorno deixou de existir na legislação brasileira. O prazo da Resolução 428 do Conama que o

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

estabelecia venceu, e tem os processos onde reconhece-se o suposto entorno de unidade de conservação e depois o segundo entorno para chegar até o empreendimento." Conselheiro Leandro Eustáquio: "Favorável, com os destaques que os conselheiros Thiago e Adriano fizeram. Realmente o prazo da Resolução do Conama venceu em dezembro último, eu acho, e, ao que me consta, não tem nenhuma renovação nesse sentido. Também por isso falta fundamento legislativonormativo para a dupla marcação. Então favorável com essas ressalvas." 5.2) Sada Bio-Energia e Agricultura Ltda. Fazenda Itacarambi das Oliveiras e Outros. Silvicultura; extração de areia e cascalho para utilização imediata na Itamarandiba/MG. PA 02926/2005/002/2013, construção civil. 2100.01.0047502/2020-92. Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Registrada discordância de Fiemg, CMI e OAB quanto à dupla marcação dos biomas. A Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas determinou ainda, por maioria, conforme proposta do CRBio e da OAB, a destinação de 20% dos recursos da compensação ambiental para a unidade de conservação Parque Estadual da Serra Negra. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Votos contrários: Fiemg e CMI. Justificativas de votos contrários. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: "Voto contrário, primeiro porque existe uma regra no POA, e estamos abrindo precedente para uma unidade de conservação que não é afetada pelo empreendimento. Precisa ficar muito claro que não é afetada pelo empreendimento. E dentro do que o senhor presidente mencionou de já termos aberto alguns precedentes em relação a algumas unidades de conservação municipais, pelo que me lembro, essas unidades de conservação municipais até eram afetadas pelo empreendimento, e a questão relativa a elas é que não eram cadastradas no Cnuc. E a partir do momento em que se comprovou no Cnuc essas unidades de conservação acabaram sendo beneficiadas. Como neste caso a unidade não é afetada – ficou comprovado nos estudos e no parecer da GCA –, entendo que os recursos não devam ser destinados a ela." Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: "Voto contrário também nessa mesma linha, porque, na minha percepção, se a unidade não é afetada pelo empreendimento, nós não podemos entender que é. Aproveito a ocasião para fazer uma sugestão de mudança de pensamento, de adequação do POA do próximo ano, no sentido de que, em não havendo unidades de conservação afetadas pelo empreendimento, essa porção dos recursos possa ser destinada a unidades de conservação próximas, ainda que não afetadas. Isso dentro da lógica de que a Lei do Snuc obriga a destinação de recursos a unidades afetadas. Dentro da destinação deliberada, penso que a Câmara poderia, no futuro, estabelecer isso. Em não havendo unidades afetadas, poder-se-ia destinar essa porção de 20% do recurso para as outras unidades próximas, sem que fossem afetadas. Mas apenas uma sugestão. E neste caso aqui eu voto contrário." 5.3) Cerâmica União Ltda. Fazenda São Francisco / Lamarão. Silvicultura;

produção de carvão vegetal oriundo de floresta plantada. Grão Mogol/MG. PA 253 10220/2016/001/2016, SEI 2100.01.0049115/2020-94. Classe 3. Apresentação: 254 GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do 255 Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, 256 CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 5.4) Mineração Usiminas S/A. Pilha de 257 rejeito/estéril. Minério de ferro. Itatiaiucu/MG. PA 00092/1982/067/2018, SEI 258 2100.01.0026693/2020-14. Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação 259 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos 260 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, 261 OAB e Uemg. 5.5) Antônio Margues Guimarães. Fazenda Reunidas da 262 Bagagem. Cultura de cana-de-acúcar sem queima; culturas anuais; criação de 263 bovinos de corte; pontos de abastecimento com um volume acumulado de 264 45,0 m³; barragem de irrigação ou de perenização para agricultura sem 265 deslocamento de população atingida. Planura/MG. PA 21477/2016/001/2016, 266 2100.01.0056598/2020-07. Apresentação: Classe 5. GCARF/IEF. 267 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 268 Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, 269 Relictos, OAB e Uemg. 5.6) MML Metais Mineração Ltda. Lavra a céu aberto. 270 Minério de ferro; lavra a céu aberto, minerais não metálicos, exceto rochas 271 ornamentais e de revestimento; disposição de estéril ou de rejeito inerte e não 272 inerte da mineração; pilhas de rejeito/estéril. Minério de ferro. Passa 273 Tempo/MG. PA 27576/2011/004/2016, SEI 2100.01.0018608/2020-59. Classe 2. 274 Apresentação: GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade 275 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, 276 Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg, 5.7) MIB - Mineração 277 Ibirité Ltda. Lavra a céu aberto. Minério de ferro. Brumadinho/MG. PA 278 00437/2007/016/2015, SEI 2100.01.0023427/2020-23. Classe 3. Apresentação: 279 GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do 280 Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, 281 CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 5.8) Sidermat - Indústria e Comércio Ltda. 282 Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios; 283 produção de ferro-gusa. Matozinhos/MG. PA 03261/2005/002/2011, 284 2100.01.0034664/2020-40. Classe 5. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação 285 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos 286 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, 287 OAB e Uemg. Destaques conforme registrado no item 5.1, em votação em bloco. 288 5.9) Roberto Marchesi Bicalho. Fazenda Vista Alegre. Culturas anuais, 289 excluindo a olericultura; criação de bovinos de corte; barragem de irrigação 290 ou perenização para agricultura; armazenamento de produtos agrotóxicos; 291 posto de abastecimento. Paracatu/MG. PA 05413/2004/003/2018, 292 2100.01.0056667/2020-84. Classe 5. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação 293 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos 294 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, 295

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

OAB e Uemg. Destaques conforme registrado no item 5.1, em votação em bloco. 5.10) Mineração São Sebastião Ltda. Lavra a céu aberto. Rochas ornamentais e de revestimento; pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento; postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. Santa Rita do Itueto/MG. PA 05487/2006/005/2018, SEI 2100.01.0039018/2020-46. Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Destagues conforme registrado no item 5.1, em votação em bloco. 5.11) José Ernesto Cadelca e Outros. Fazenda Santa Maria, Fazenda Santa Rosa, Fazenda São José e Fazenda Boa Esperança. Culturas anuais, excluindo a olericultura; cultura de cana de açúcar sem queima; Criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte. Uberaba e Nova Ponte/MG. PA 19806/2013/001/2014, SEI 2100.01.0036868/2020-90. Classe Apresentação: GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada 5. unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Destaques conforme registrado no item 5.1, em votação em bloco. Pedido de esclarecimentos. Após a votação do processo, o conselheiro representante do Crea registrou as seguintes considerações a serem respondidas posteriormente pela área técnica. Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho: "Eu gostaria de colocar um assunto - já é a quarta ou quinta vez que eu coloco – e gostaria, com todo respeito, que dessem uma explicação razoável. Tabela de grau de impacto - Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras). 'Além disso, as gramíneas utilizadas para bovinocultura geralmente são exóticas invasoras.' Nós todos sabemos que a braquiária e suas variedades tomaram conta de Minas Gerais e do país como um todo - são elas que seguram a pecuária -, que as espécies nativas é que se tornaram invasoras tal a força que a braquiária tem. E o que eu posso dizer aqui é que ainda bem que a valorização fixada foi 0,01. Me preocupa saber que tem também aspectos aqui dizendo que aspectos corretivos anteriores à concessão da licença precisam ser corrigidos hoje. A minha pergunta é a seguinte. Do jeito que leio aqui, salvo melhor juízo e com todo respeito, parece que o ambiente deve ficar como nos tempos pré-históricos: espécies herbáceas, arbustivas, arbóreas, animais antigos. Ou seja, toda vez que mexemos na área, principalmente nos biomas Mata Atlântica e Cerrado, a compensação é alta. Eu não estou nem discutindo aqui o valor da compensação. O que estou discutindo é que deram 0,01 em assuntos que, salvo melhor juízo, não deveriam ser levados em consideração, porque já fazem parte normal de uma situação, já não são mais estranhos, já não são mais alóctones, com todo respeito, tecnicamente falando. Braquiária hoje tomou conta de tudo e é a base da pecuária. Outros aspectos aqui. Nós temos que corrigir problemas anteriores à concessão da licença. E eu pergunto, mais uma vez, com todo respeito: por que concederam a licença então? Porque isso vai se refletir no valor total da

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

compensação ambiental, e tem um rito, como em quase todos os processos, dizendo que dentro de tanto tempo o empreendedor deve apresentar um plano de compensação ambiental. Eu gostaria, senhor presidente, de receber uma orientação, uma explicação, porque não está batendo com a realidade de campo. E como já falei aqui eu sou profissional de campo e lido com isso toda semana. E para mim soa, entre aspas, 'um pouco estranho' saber que essas espécies que hoje tomam conta da pecuária, na verdade, se tornaram nativas, e as nativas se tornaram invasoras. É possível a equipe, digamos assim, clarear meus conhecimentos?" Por motivo de perda de conexão durante a reunião, não foi possível a manifestação da equipe técnica, e a Presidência determinou que os esclarecimentos solicitados pelo conselheiro sejam prestados oportunamente. 5.12) ArcelorMittal Brasil S/A. Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa; sinterização de minério de ferro e outros resíduos canalização e/ou retificação de curso d'água. Monlevade/MG. PA 00023/1986/059/2015; 00023/1986/057/2008. Classe 6. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 5.13) Novas Fronteiras AgroNegócios Ltda. Fazendas Gameleira, Marangaba e Estela. Culturas anuais, semiperenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; produção de carvão vegetal oriundo de floresta plantada. Buritizeiro/MG. PA 25873/2012/002/2016. Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Destagues conforme registrado no item 5.1, em votação em bloco. 5.14) Mineração Água Padre Manuel Ltda. Extração de água mineral ou potável de mesa; moldagem de termoplástico não organoclorado, sem a utilização de matéria-prima reciclada ou com a utilização de matéria-prima reciclada a seco, sem utilização de tinta para gravação. Passa Quatro/MG. PA 00267/2000/003/2012. Classe 5. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 5.15) Tânea Teresa Tonin e Outros. Fazendas Santa Bárbara e São Luiz. Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo; beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despolpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes; barragem de irrigação ou de perenização para agricultura; barragem de irrigação ou de perenização para agricultura. São Tomás de Aquino/MG. PA/SLA 618/2020, SEI 2100.01.0050801/2020-65. Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

OAB e Uemg. 5.16) Cornélio Adriano Sanders. Fazenda Ouro Branco e Santa Maria. Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; barragem de irrigação ou de perenização para agricultura; postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de postos revendedores de combustíveis de beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despolpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes. Paracatu/MG. PA 12054/2004/003/2014, SEI 2100.01.0054158/2020-24. Classe 5. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Destaques conforme registrado no item 5.1, em votação em bloco. 6) PROCESSO ADMINISTRATIVO COMPENSAÇÃO EXAME DE AMBIENTAL DECORRENTE INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS. 6.1) Mineração Morro do Ipê S/A. Ampliação da Cava 1 e J. Mendes. Expansão da lavra e modificação da UTM. Igarapé/MG. PA 00886/2003/012/2007; PA 00886/2003/021/2011; PA 37478/2016/010/2017, ANM: 801.908/1968. Classe 6. Apresentação: Regional Metropolitana. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com alterações no cronograma de execução das ações referente à doação da propriedade, ficando estabelecidos os seguintes prazos: "Assinatura do Termo de Compromisso: 60 dias contados da publicação da decisão da Câmara de Proteção à Biodiversidade e Áreas Protegidas - CPB/COPAM; Desmembramento e Regularização do Imóvel (Cartório / Incra): 210 dias após assinatura do Termo de Compromisso: Registro em Cartório da doação da área ao Poder Público: 30 dias após conclusão da etapa anterior." Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 7) PROCESSOS COMPENSAÇÃO DE **ADMINISTRATIVOS** PARA **EXAME** DECORRENTE DO CORTE E/OU SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA. 7.1) Cemig Distribuição S/A. LDs Montes Claros 1. Bocaiuva, 138kV e Bocaiuva. Rima, 69kV. Montes Claros Bocaiuva/MG. Daia 08050000492/18. Apresentação: Regional Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 7.2) Mineração Nossa Senhora do Sion Ltda. Fazenda Lopes e Mato Grosso. Lavra a céu aberto. Minério de ferro e unidade de tratamento de minerais (UTM), com tratamento a seco. Santa Bárbara/MG. PA 00575/2003/002/2019, SEI 1370.01.0003425/2021-42, ANM: 1362/1940. Classe 3. Apresentação: Suppri. Processo retirado de pauta com pedido de vista da Uemg. 7.3) Solaris Transmissão de Energia S/A. Linha de Transmissão Jaíba -Janaúba. Linhas de transmissão de energia elétrica. Verdelândia, Janaúba e Jaíba/MG. PA/SLA 5222/2020, SEI 1370.01.0050925/2020-79. Classe Apresentação: Suppri. Compensação ambiental aprovada por maioria nos termos

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457 458

459 460

461

462

463

do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Relictos e OAB. Votos contrários: Amda e Uemg. Justificativas de votos contrários. Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva: "Voto contrário. Ausência de similaridade não garante a conservação do bioma Mata Atlântica. O processo desconsiderou a similaridade." Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: "Voto contrário junto com a Amda." 7.4) Vale S/A. Pilha de Estéril Canga Sudeste. Pilhas de rejeito/estéril. Minério de ferro. Itabira/MG. PA/SLA 4162/2020, SEI 1370.01.0029854/2020-91, ANM 930.641/1989. Classe 4. Apresentação: Suppri. Processo retirado de pauta com pedido de vista da Uemg e vista conjunta da Fiemg. 8) PLANOS DE TRABALHO PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO, NOS TERMOS DO INCISO XIII, DO ARTIGO 13, DO DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 8.1) Plano de Trabalho para execução obras de reforma e melhoria da estrutura edificada do Parque Estadual do Itacolomi, inclusive acessibilidade. Apresentação: GCMUC. Plano de trabalho aprovado por unanimidade nos termos apresentados pelo IEF. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 8.2) Plano de Trabalho para aquisição de câmaras de caça noturna para o Parque Estadual de Paracatu. Apresentação: Regional Noroeste. Plano de trabalho aprovado por unanimidade nos termos apresentados pelo IEF. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 8.3) Plano de Trabalho para aquisição de máquinas, equipamentos e implementos para utilização no Parque Estadual de Paracatu. Apresentação: Regional Noroeste. Plano de trabalho aprovado por unanimidade nos termos apresentados pelo IEF. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 9) PLANO DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA ANÁLISÉ E DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO IV DO ARTIGO 13 DO DECRETO Nº 46.953/2016. 9.1) Plano de Manejo APA Estadual Vargem das Flores. Apresentação: IEF/GCMUC. Retorno de vista: Amda, Fiemg e CMI. Item retirado de pauta pela Presidência. 10) ENCERRAMENTO. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Cláudio Vieira Castro agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Cláudio Vieira Castro
Presidente suplente da Câmara de Proteção
à Biodiversidade e de Áreas Protegidas